



<https://www.duxeducare.com.br/>

Vol. 1 DOI 10.5281/zenodo.10825281



CONTEXTOS SÓCIO-HISTÓRICOS E SÓCIO-POLÍTICOS DE AÇÕES E PROGRAMAS VOLTADOS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL NO ESTADO DO CEARÁ, BRASIL, COM ENFOQUE NA INCLUSÃO

Ana Cláudia Fernandes Soares¹

Theresa Christine Figueiras Russo Aragão²

RESUMO

De que forma e em quais tempos históricos o mundo percebeu que o desenvolvimento infantil demarcava de forma social, cultural e também histórica, os elementos basais da saúde emocional, cognitiva, relacional, ou seja, social da criança, futuros cidadãos do mundo? E a diversidade infantil, com suas múltiplas culturas, etnias, modos de vida, como se encaixa nos referidos contextos? E àquelas crianças que necessitam de outros modos de amparo educativos com é o caso da criança com deficiência – ela também deve ter direito a educação? A inclusão é uma realidade ou ainda há muito caminho pela frente? Os programas desenvolvidos pelos governos e suas políticas públicas educacionais e de inclusão no contexto da infância são eficientes e estão solucionando os problemas do cotidiano das crianças nas escolas, fundamentalmente nas escolas públicas? A inclusão é um fato? O que os professores estão falando a respeito desse problema? Em busca de respostas para essas indagações e, fundamentalmente registrar discussões nesse sentido, no presente trabalho foi realizado inicialmente um *review* contendo informações relevantes como, o documento da ONU que incuba os ODS, objetivos do desenvolvimento sustentável, com ênfase no Objetivo 4 -Educação de Qualidade, o qual inclui os direitos da criança, direito da criança à educação, Educação Infantil e inclusão; os artigos que compõem os Direitos da Criança da UNICEF; abordagens sobre a criança e sua relação com o meio ambiente denominado escola em um “olhar vigostikiano”; recortes de marcos históricos e legais do processo de implementação da Educação Infantil no Brasil; as diretrizes da Educação Infantil no Brasil; os programas nacionais e do Estado do Ceará focando o bem-estar da criança de um modo geral, enfatizando a Educação Infantil e inclusão na escola municipal de Fortaleza, Ceará. O objetivo foi tecer discussões sobre narrativas e percepções sobre o sucesso/insucesso desses programas, especulando de modo mais particularizado a inclusão no Ensino Infantil na escola pública cearense. A participação de professores da rede municipal de Fortaleza, Ceará, Brasil, lotadas no Ensino Infantil foi de grande valia para o presente trabalho já que as percepções e opiniões coletadas por meio de entrevistas e questionários trouxe uma visibilidade sobre o que os professores pensam sobre os programas de Educação e inclusão que estão estabelecidos e fazem parte do cotidiano dos professores e outros atores da

escola pública fortalezense. Esses programas condizem com a realidade do cotidiano das crianças na escola? A inclusão é um fato verificado de acordo com esse público ou ainda há muitos desafios a serem solucionados na escola pública cearense? A amostra de docentes da Educação Infantil de escola municipal de Fortaleza, Ceará, entrevistada no presente trabalho opinou que: programas que promovem os direitos da pessoa com deficiência, em especial, o direito à educação nas salas de ensino regular deve então serem convergidos para uma conscientização das famílias de crianças que estudam em escolas da rede pública; que o gestor da escola deve desenvolver um melhor planejamento de propostas pedagógicas e estratégias para impulsionar o processo da inclusão na escola é um dos fundamentais papéis de um gestor e que deve receber do governo uma formação mais qualificada sobre Educação infantil e inclusão quando da ocupação de cargos de gestão na escola; lotar todas as turmas da Educação Infantil e de Inclusão com assistentes e inserir SMRs em todos os Centros de Educação Infantil é ação de extrema necessidade na escola pública cearense e deve mitigar os muitos problemas que a realidade da escola enfrenta cotidianamente e que as políticas públicas de formação e qualificação para os professores e assistentes, a permanência de Profissionais de Apoio Escolar e Assistentes de Inclusão nos CEIs, o passe livre e o atendimento multidisciplinar são ações colaborativas e significantes que indicam evolução no processo da inclusão na educação infantil sob o viés da professora, profissional que lida com essa modalidade de educação no dia a dia da sala de aula regular.

Palavras-chave: Educação Infantil. Inclusão. Políticas Públicas. Cidade de Fortaleza, Ceará. Opinião. Docente.

¹Professora da rede de ensino público municipal de Fortaleza, Ceará, Brasil. Mestra em Ciências da Educação pela UNADES, PY.

²Professora aposentada da Universidade Estadual do Ceará. Governo do Estado do Ceará. Doutora em Bioquímica e Biologia Molecular pela Universidade Federal do Ceará. Doutorando em Ciências da Educação pela UNADES, PY.

1 INTRODUÇÃO

Qual é o lugar da criança? Em qual ou quais ambientes e com quais atores a criança deve estar para que o seu desenvolvimento ocorra de forma saudável, primando pelo seu bem-estar geral?

Como o ambiente “escola” deve ser estruturado para que a criança se desenvolva de modo individual e coletivo com afetividade e segurança?

De que forma e em quais tempos históricos o mundo percebeu que o desenvolvimento infantil demarcava de forma social, cultural e também histórica, os elementos basais da saúde emocional, cognitiva, relacional, ou seja, social da criança, futuros cidadãos do mundo?

E a diversidade infantil, com suas múltiplas culturas, etnias, modos de vida, como se encaixam nesses referidos contextos? E aquelas crianças que

necessitam de outros modos de amparo educativos com é o caso da criança com deficiência – ela também deve ter direito a educação? A inclusão é uma realidade ou ainda há muito caminho pela frente?

Os programas desenvolvidos pelos governos e suas políticas públicas educacionais e de inclusão no contexto da infância são eficientes e estão solucionando os problemas do cotidiano das escolas da rede pública de ensino? A inclusão é um fato? O que os professores estão falando a respeito desse problema?

Em busca de respostas para essas indagações e, fundamentalmente registrar discussões nesse sentido no presente trabalho, foi realizado pela autora da presente dissertação um *review* contendo informações relevantes como: o documento da ONU que incuba os ODS, objetivos do desenvolvimento sustentável, com ênfase no Objetivo 4 -Educação de Qualidade, o qual inclui os direitos da criança, direito da criança à educação, Educação Infantil e inclusão; Uma revisão dos artigos que compõem os Direitos da Criança da UNICEF; abordagens sobre a criança e sua relação com o meio ambiente denominado “escola” em um olhar vigostikiano; recortes de marcos históricos e legais do processo de implementação da Educação Infantil no Brasil; as diretrizes da Educação Infantil no Brasil; os programas nacionais e do Estado do Ceará focando o bem-estar da criança de um modo geral, enfatizando a Educação Infantil; outros informes. O objetivo é tecer discussões com base nesses informes subsidiando narrativas e percepções de uma amostra de professores do Ensino Infantil da rede de escola pública de Fortaleza, Ceará, Brasil sobre o sucesso/insucesso desses programas e especulando de modo mais particularizado a inclusão na sala de aula regular no Ensino Infantil.

Para Vygotsky (2007) a aprendizagem consiste em um motor do desenvolvimento, pois, é ela quem produz a dinâmica, do desenvolvimento. Dessa forma, para esse pesquisador, o aprendizado, quando adequadamente organizado, desperta diversos processos internos de desenvolvimento, capazes de operar somente quando a criança interage com pessoas em seu ambiente, em cooperação com seus pares. É nesse sentido que está focado o pensamento vygostykiano, contrapondo-se a concepção idealista e mecanicista do aprender e desenvolver.

Assim sendo, em Vygotsky a aprendizagem conduz o desenvolvimento, sendo essa ação responsável pela determinação do comportamento humano de superação, transformação e suscitação constante por meio da linguagem, já que a linguagem é o instrumento de mediação e base da constituição e da formação da subjetividade humana.

Tendo como premissa os referidos pensamentos de Piaget e Vygotsky, entende-se que o meio externo é elemento condicional para que o aprendizado se dê, imbuído nas relações que a criança tece com outras pessoas em seu convívio, como família, comunidade, escola. A cultura torna as pessoas sociais, agregando as características típicas da espécie humana e estabelecendo gradativamente as funções psicológicas superiores. A cultura do bairro, da família, da comunidade em que a criança convive e se relaciona é de grande

relevância para esse aprender. Partindo-se da hipótese de que a criança nasce com as funções psicológicas elementares e, com o aprendizado da cultura, elas constroem ações conscientes, a atenção voluntária, o pensamento abstrato e o comportamento intencional. Desse modo, em Vygotsky, a relação da criança com a cultura ocorre por meio da mediação simbólica, isto é, a relação do homem com o mundo não é direta e sim mediada por instrumentos e signos (SHAFFER, 2012).

A Educação Infantil é uma das fundamentais condições subjetivas de se promover o desenvolvimento integral da criança. O meio ambiente denominado “escola” contém elementos orgânicos, elementos vivos, capazes de subsidiar o bem-estar social, cognitivo, emocional e lúdico da criança. Então, além do ambiente familiar, onde a criança interage com seus familiares, tecendo entre outros desenvolvimentos, o da afetividade, ela também necessita de outro meio social que contenha outros atores, inclusive e, de grande importância socioafetiva, outras crianças num entrelaço com os brinquedos e o brincar tanto individualmente como no modo coletivo.

De acordo com Elali (2003), a escola se configura como um dos mais relevantes agentes socializadores, sendo responsável pela transmissão dos valores de uma cultura entre gerações dentro dos segmentos curriculares que comunicam e embasam o conhecimento científico.

É também no ambiente escola e sob a orientação da sua professora que a criança ao interagir com um objeto, um brinquedo, desenvolve a noção de espaço, distância; domínio e equilíbrio do seu corpo quando corre, também com outras crianças e brinca e acaba estabelecendo assim relações com o mundo e com as pessoas (LIMA, 1989).

Os espaços são os ambientes, os meios interagentes nos quais as crianças vão conviver de modo individual e coletivo. Dessa forma, pensando nos espaços/ambientes, estabeleceu-se o atendimento em creches e pré-escolas, como direito social das crianças. Tal conquista foi efetivada com a Constituição de 1988 e o reconhecimento da Educação Infantil como dever do Estado. Nesse processo houve a participação de movimentos comunitários, movimentos de mulheres, trabalhadores, movimentos de redemocratização do país e as lutas vivenciadas pelos atores da Educação (ELALI, 2003).

O discurso dos espaços para a adequação da Educação infantil se torna mais acirrado quando se contextualiza a Inclusão, ou seja, os espaços e as formas dinamizadas para a diversidade infantil que incuba diferentes culturas, modos de vida e aquelas deficientes nos modos cognitivo, físico, outros modos a serem entendidos, acolhidos e trabalhados com afetividade e responsabilidade. Como premissa destas e doutras importantes discussões que se encontraram delineadas no escopo do presente trabalho, o qual contextualiza a Educação Infantil e a inclusão, um embasamento teórico-histórico, abrangendo as questões socioeconômicas, sociopolíticas e culturais relativas às crianças e aos adolescentes, como dados iniciais da presente pesquisa estão comunicados nesse sítio acadêmico literário e introdutório da presente dissertação. Dados (marcos) históricos que contemplam e descrevem relevantes ações voltadas

para o bem-estar e melhor qualidade de vida das crianças e dos adolescentes entre os anos no mundo e no Brasil, de acordo com dados da página oficial da ONU, UNICEF e no Brasil, de acordo com o site do Governo do Brasil. Mais especificamente, o presente trabalho comunica, apresenta e tece discussões sobre as ações e os programas desenvolvidos e executados em escolas públicas do Estado do Ceará e do Município de Fortaleza, Ceará, Brasil.

A participação de professores da rede pública municipal de Ensino Infantil do município de Fortaleza, Ceará, Brasil foi de grande valia para o presente trabalho já que as percepções e opiniões do referido público entrevistado trouxe visibilidade acerca do que se pensa na escola sobre esses programas uma de Educação e inclusão que estão estabelecidos e fazem parte do cotidiano dos professores e outros atores da escola pública fortalezense. Esses programas condizem com a realidade do cotidiano das crianças na escola? A inclusão é um fato verificado de acordo com esse público ou ainda há muitos desafios a serem solucionados na escola pública cearense?

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Desenvolver e comunicar discussões críticas a respeito das políticas públicas, ações e programas voltados para a Educação Infantil pública no Brasil, Estado do Ceará e de modo mais específico na rede de ensino municipal de Fortaleza, Ceará, com um foco mais acurado na inclusão e os desafios cotidianos desta ação na sala de aula.

2.2 Objetivos específicos

- Comunicar recortes sociohistóricos e culturais contextualizando a Educação Infantil e a Inclusão na educação infantil na escola pública do Estado do Ceará e do município de Fortaleza, Ceará;
- Apresentar os mais relevantes programas desenvolvidos e executados pelo governo do Estado do Ceará voltados para a criança e a Educação Infantil e inclusão;
- - Apresentar os mais relevantes programas desenvolvidos e executados pela Prefeitura Municipal de Fortaleza, Ceará, Brasil, voltados para a criança, Educação Infantil e inclusão;
- Comunicar opiniões e percepções de uma amostra de docentes da Educação Infantil de escola pública Municipal de Fortaleza, Ceará, sobre o sucesso/insucesso, eficiência, problemas e desafios relativos aos programas que o governo do Ceará e a Prefeitura Municipal de Fortaleza, Ceará desenvolvem na Educação Infantil e inclusão na escola pública cearense.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Como marco histórico, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) foi criado pela Resolução 57 da Assembleia Geral da ONU no ano de 1946 com o objetivo de fornecer assistência emergencial a milhões de crianças

no período pós-guerra na Europa, no Oriente Médio e na China. Tornou-se por meio da Resolução 802 da Assembleia Geral da ONU) no ano de 1953, órgão permanente do sistema das Nações Unidas com mandato ampliado para chegar a crianças e adolescentes em todo o mundo. Como resultado dos esforços do grupo de trabalho da ONU, foi elaborada e aprovada em 1989 a Convenção sobre os Direitos das Crianças, que entrou em vigor no ano seguinte, em 1990. A Convenção é vista como uma conquista histórica dos direitos humanos. Nesse mesmo ano, o Brasil aprova o “Estatuto da Criança e do Adolescente e, mais tarde, no ano de 1992, o presidente da República do Brasil e governadores de 24 Estados e do Distrito Federal participam da “I Reunião de Cúpula de Governadores pela Criança – organizada pelo UNICEF e parceiros momento em assinam o “Pacto pela Infância”. Assim, em 1994, governadores de Estado e do Distrito Federal e o presidente da República do Brasil participam, no Congresso Nacional, da reunião dos 500 dias do “Pacto pela Infância” (UNICEF, 2030).

No contexto do século XXI, o Brasil cria o “Plano Nacional da Primeira Infância” – PNPI/2020-2030, indicando os caminhos técnicos e políticos para garantir os direitos das crianças de 0 a 6 anos com o apoio e ação efetiva do Estado. entende-se nesse contexto a suma necessidade do envolvimento dos governantes tanto da esfera municipal como estadual tendo compromisso com o trabalho de enfrentamento de desafios que esse tema confere. Se fez então necessária para essa finalidade, a elaboração de documentos como, por exemplo, o “Plano Municipal pela Primeira Infância”, cujas metas apontam para a prioridade da melhoria da qualidade de vida individual e coletiva das crianças a partir da primeira infância, visando qualidade no seu desenvolvimento, saúde e educação, de forma a promover um futuro melhor para elas.

A efetivação do direito à educação por meio de ações governamentais, como políticas públicas e movimentos sociais de apoio, como eleger representantes que defendam essas políticas públicas em sua totalidade é meio que estimula a criança a atingir objetivos importantes como uma melhor qualidade de vida alcançada pelo direito à Educação. Nesse sentido, Pereira (2021) chama atenção para o fato de que foram necessárias muitas lutas, debates e manifestações sociais para que a sociedade percebesse a importância da Educação Infantil no desenvolvimento da pessoa. Ainda, Rocha e Gobbi (2020) complementam que, o poder judiciário, no contexto da garantia do direito social à educação, deve se movimentar para assegurar que políticas públicas direcionadas a esse tema sejam convergentes ao que o povo deseja, de forma a tornar possível o acesso ao direito de ter uma vida mais digna por meio da Educação.

A Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009 Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. De acordo com Brasil (2010 p.11),

“As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil articulam-se às Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e reúnem princípios, fundamentos e procedimentos definidos pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, para orientar as políticas públicas e a elaboração, planejamento, execução

e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares de Educação Infantil”.

No Estado do Ceará, os parâmetros para a promoção da qualidade e equidade da educação infantil relevam os contextos histórico, social, cultural e político da realidade do ambiente no qual estão inseridos bebês e crianças cearenses, além de suas famílias. O documento parâmetros para a promoção da qualidade e equidade da educação infantil cearense foi construído ao longo de 2020 e 2021, por meio de discussões em um grupo de trabalho com representantes dos seguintes setores: Secretaria da Educação do Estado do Ceará (SEDUC); Fundação Maria Cecília Souto Vidigal; União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME); Coordenadorias Regional de Desenvolvimento da Educação (CREDEs); Secretaria Municipal da Educação, de Fortaleza, representantes da Educação Infantil. A produção desse documento foi de cunho democrático, pois, teve a participação de professoras/es, coordenadoras/es, diretoras/es e demais profissionais das Unidades Educacionais (UES) de Educação Infantil.

As ações estabelecidas no documento dos parâmetros para a promoção da qualidade e equidade da educação infantil cearense é o eixo da Educação Infantil. Nessa modalidade, a avaliação da qualidade foi realizada com a aplicação de ferramentas de pesquisa para mensurar a qualidade da educação infantil em 12 municípios do Ceará. A partir dessa ação, o diagnóstico das condições de oferta com o propósito de informar gestores públicos (estaduais, municipais e escolares) sobre caminhos para a melhoria da qualidade pode ser comunicado. A avaliação foi dividida em dois eixos: avaliação dos ambientes (infraestrutura, currículo, interações e práticas, equipe e gestão, diversidade, alimentação e segurança) e avaliação de aprendizagem que está alinhada à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e contempla as seguintes competências: expressão e comunicação; autoconhecimento; autocuidado autonomia; imaginação; investigação, transformação e criação; empatia e envolvimento e cooperação (SEDUC, 2023).

O Programa “Mais Infância Ceará” foi criado no ano de 2015 com o objetivo de defender a necessidade de olhar a infância com mais acuracidade, com trabalhos desenvolvidos como diagnósticos da situação do Estado na área e do mapeamento das ações voltadas para o segmento nas diferentes secretarias estaduais. Esse programa é uma iniciativa do governo do Estado do Ceará e abrange os 184 municípios cearenses, visando desenvolver a criança para desenvolver a sociedade e com a missão de gerar possibilidades para o desenvolvimento integral da criança. A estruturação do organograma dos Pilares do Programa “Mais Infância Ceará” consiste em 3 momentos: “Tempo de Nascer”, “Tempo de Crescer”, “Tempo de Brincar” e Tempo de Aprender. No Tempo de Aprender, o referido projeto rima pela Educação, um direito humano fundamental, ou seja, um direito também da criança. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, é particularmente importante para atender ao desenvolvimento integral da criança até cinco anos. Nesse sentido, são objetivos desse pilar (SANTANA; GOMES; SOARES; OLIVEIRA, 2022):

- apoiar construir e qualificar os Centros de Educação Infantil (CEIS) nos municípios;
- apoiar e agregar projetos que busquem a melhoria da qualidade da Educação Infantil no Estado;
- desenvolver um material estruturado da educação infantil
- desenvolver os Parâmetros da Educação Infantil Cearense
- contratar articuladores Mais Infância
- formar professores e gestores da educação infantil.

De acordo com Brasil (2001), o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil define a escola inclusiva como uma escola conectada com modificação da estrutura, do funcionamento e da resposta educativa que é direito de todos as crianças, pessoas, inclusive aquelas com alguma deficiência. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem o objetivo de orientar os sistemas de ensino par garantir (BRASIL, 2008):

- O acesso, participação e aprendizagem do PAEE (Professor de Apoio Educacional Especializado) nas escolas comuns;
- transversalidade da Educação Especial (que deve perpassar por todos os níveis, etapas e modalidades de ensino);
- O AEE- atendimento educacional especializado;
- A continuidade nos níveis mais elevados de ensino; formação de professores para o AEE e formação dos demais profissionais da educação para a inclusão;
- A participação da família e da comunidade;
- A acessibilidade e
- A articulação intersetorial das políticas públicas.

O sucesso das práticas realizadas em sala de aula deve estar alinhadas com um currículo bem elaborado no contexto da educação inclusiva. assim, as seguintes características são bastante relevantes para o currículo da Educação Infantil (BRASIL, 200):

- Adequação
- Coerência
- Flexibilidade
- Multiplicidade e
- Abrangência.

O fato é que são muitas as demandas no processo de inclusão, já que cada estudante necessita de atendimento de acordo com suas particularidades e necessidades. um desafio nesse sentido é que os envolvidos nesse processo saibam como fazer a inclusão acontecer de fato, sem deixar de atender a criança na sua integralidade. Quanto ao professor, no contexto das práticas inclusivas, a inclusão e integração dos estudantes nas escolas atualmente estão sendo maiores, devido à obrigatoriedade da matrícula dessas crianças. ara acolher essas crianças, muitas alterações são necessárias, tanto de cunho pedagógico como estrutural e física. Dessa forma, modificações no ambiente “Escola” estão sendo respeitadas em algumas escolas de forma que a inclusão seja de fato algo

acessível. Porém muitas escolas brasileiras ainda necessitam de salas com recursos bem equipadas para que seja se torne realidade para elas a inclusão de fato (SILVA; OLIVEIRA, 2021).

A figura do professor é presença fundamental no processo da inclusão, mas, deve-se inferir nessa afirmativa que, a Educação Infantil não é uma ação que deva ser confiada somente aos professores, pois, trata-se de uma necessidade prioritária reconhecida e demonstrada como tal a partir de considerações psicossociais e educacionais. Dessa forma há a necessidade de formar profissionais especializados para orientar, estimular e promover o desenvolvimento infantil (KRAMER, 2005).

De acordo com Vieira (2017), políticas de investimento correto nos processos iniciais de educação responde ao direito constitucional que auxilia as crianças a terem acesso a uma educação de qualidade. Dessa forma, devem ser feitos investimentos com foco na formação de educadores da primeira infância, como recurso fundamental para o desenvolvimento do país, pois, são esses profissionais capazes de trabalhar juntamente com as crianças, possibilidades diversas na idade pré-escolar para a conformação de redes neural-cerebrais, determinantes para a obtenção de aprendizagens significativas, desenvolvimento da criatividade, formação de valores democráticos e responsabilidade social.

A educação especial é a modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular. Os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, os com transtornos globais do desenvolvimento e os com altas habilidades/superdotação nas escolas comuns do ensino regular e ofertar o atendimento educacional especializado – AEE, promovendo o acesso e as condições para uma educação de qualidade. O atendimento educacional especializado - AEE tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. Consideram-se serviços e recursos da educação especial àqueles que asseguram condições de acesso ao currículo por meio da promoção da acessibilidade aos materiais didáticos, aos espaços e equipamentos, aos sistemas de comunicação e informação e ao conjunto das atividades escolares. Para o atendimento às necessidades específicas relacionadas às altas habilidades/superdotação são desenvolvidas atividades de enriquecimento curricular nas escolas de ensino regular em articulação com as instituições de educação superior, profissional e tecnológica, de pesquisa, de artes, de esportes, entre outros. Nos casos de escolarização em classe hospitalar ou em ambiente domiciliar, o AEE é ofertado aos alunos público-alvo da educação especial, de forma complementar ou suplementar (BRASIL, 2010).

No contexto da Inclusão, ressalta-se e se discute no presente trabalho, as ações da Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza, Ceará, Brasil

(SME). De acordo com a SME (2018), o acolhimento do aluno com deficiência é elemento chave no processo de inclusão nas escolas, sendo essa ação fundamental no contexto da infância, ou seja, no momento da construção do desenvolvimento geral da criança. Na cidade de Fortaleza, mais de 6 mil crianças com deficiência são atendidas pela rede pública do Município. No sentido de realizar o acolhimento de modo que tenha sucesso, a SME vem adotando estratégias para a garantia da inclusão nas escolas, mantendo a integração com as famílias dessas crianças, professores, gestores e outros atores envolvidos. Outro elemento de grande relevância no processo da inclusão é o professor capacitado. Sabe-se da grande importância do papel do professor para o acolhimento da criança com deficiência na escola. A educação inclusiva necessita de professores com capacitação para esse trabalho, daí a formação desses profissionais ser tão importante para que o desenvolvimento do estudante ocorra na sala de aula (SME, 2018).

4 A PESQUISA DE CAMPO – RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Metodologia da pesquisa

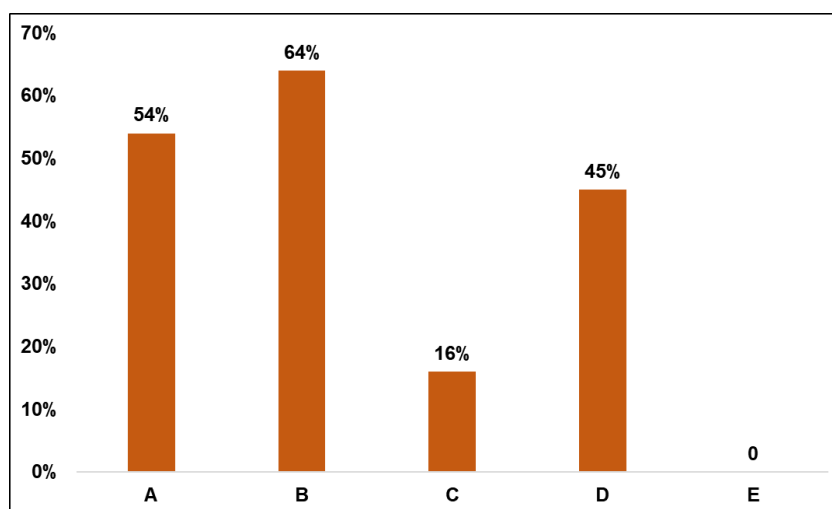
A abordagem a presente pesquisa é de natureza quali-quantitativa. O presente trabalho fez uso de dois modelos de questionários, um deles com perguntas abertas e outro no modelo semiestruturado, ambos dirigidos a uma amostra de professores da Educação Infantil da rede de escola pública do município de Fortaleza, Ceará, Brasil. Após a Coleta dos dados, tratamento estatístico dos dados e discussão dos resultados. A análise dos dados foi realizada pelo uso da estatística descritiva e a discussão dos resultados teve como base as referências bibliográficas relativas ao tema pesquisado. No programa Excel da Microsoft foram confeccionados tabelas e gráficos. No contexto qualitativo os dados das questões abertas do questionário I e das entrevistas foram examinados com a Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011) e o dados quantitativos com as ferramentas da Estatística Descritiva e Inferencial.

4.2 Resultados e discussões

Sobre a realidade do atendimento educacional especializado (AEE) em suas escolas (Gráfico 1) os cuidados sem formação para trabalhar com criança com deficiência, 77,7% da amostra de professores entrevistados indicou que a superlotação das salas de aula e a falta formação e informação para os professores em geral são os maiores desafios enfrentados na Educação Infantil no contexto da inclusão em escola municipal de Fortaleza, Ceará. Essa informação corrobora com a entrevista realizada no formato subjetivo e comunicada anteriormente como discussão de resultados, onde as narrativas dos professores explanaram sobre esses desafios como sendo os mais relevantes na realidade de suas salas de aulas, dirigindo essa responsabilidade à necessidade do aumento da eficácia dos excelentes programas que o Estado do Ceará e a Prefeitura Municipal de Fortaleza vem desenvolvendo e executando a partir de suas políticas públicas centradas no bem-estar da criança e no direito a educação no contexto da sua diversidade. A educação para todas as crianças é um direito e as ações estão sendo realizadas. Entretanto, os hiatos relativos como, a carência de infraestrutura das escolas, formação mais especializada dos

gestores, professores e cuidadores e uma maior integração entre os programas voltados para a inclusão na Educação infantil, nas esferas Federal, Estadual e Municipal, pode ser um meio de impulsionar as ações que são existentes e fomentar estratégias que agreguem maior eficácia e êxito na execução dos referidos programas, os quais estão comunicados no corpo do presente trabalho.

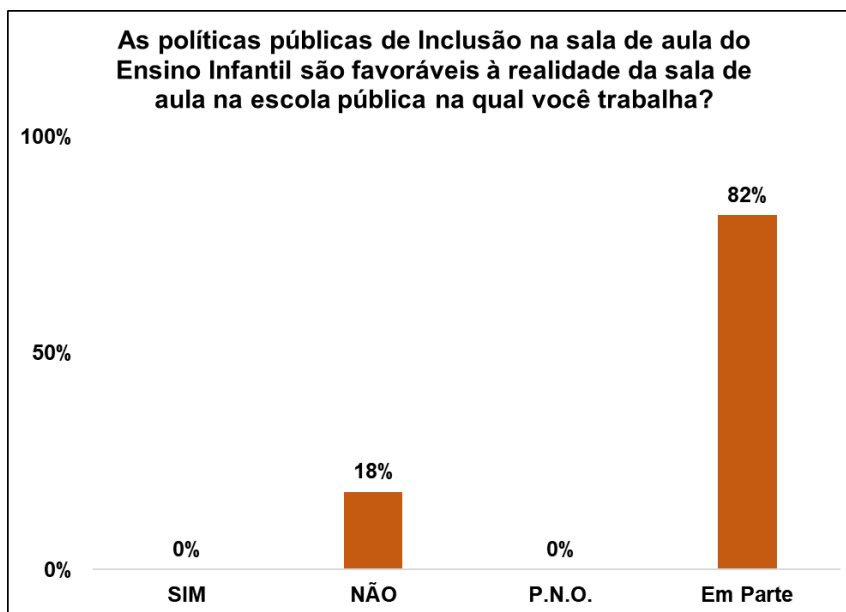
Gráfico 1. Opinião de uma amostra de docentes da Educação Infantil da rede pública Municipal de Fortaleza, sobre a realidade do atendimento educacional especializado (AEE) em suas escolas. A - Cuidados sem formação para trabalhar com criança com deficiência; B - Salas superlotadas; C - Falta de apoio dos gestores no trabalho com inclusão na sala de aula regular; D - Falta de formação e informação para os professores em geral e E – Outros.



Fonte: a autora

Quanto à questão das políticas públicas de Inclusão na sala de aula do Ensino Infantil serem favoráveis à realidade da sala de aula na escola pública na qual o docente entrevistado trabalha, cerca de 80% da amostra de entrevistados respondeu que são, mas, em parte (Gráfico 2).

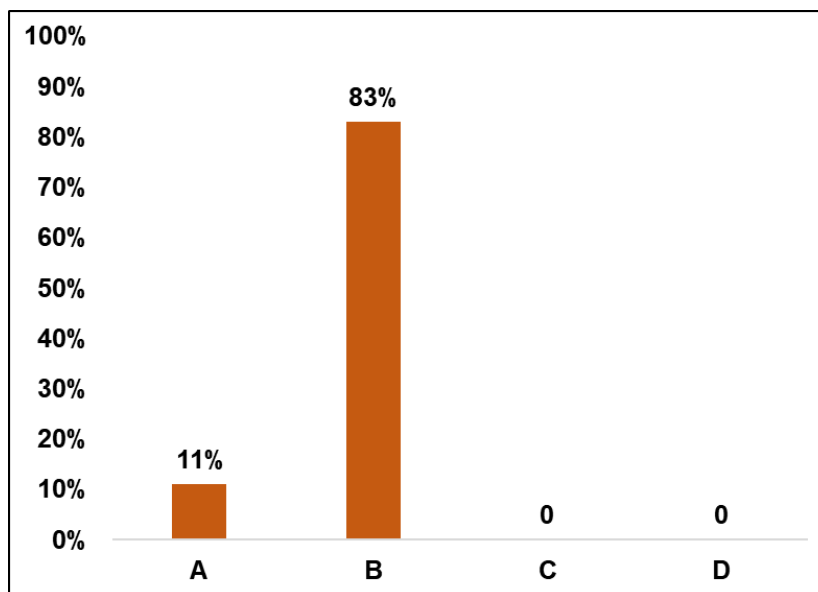
Gráfico 2. As políticas públicas de Inclusão na sala de aula do Ensino Infantil são favoráveis à realidade da sala de aula na escola pública na qual você trabalha?



Fonte: a autora

Sobre o que falta ao gestor para melhorar o trabalho do professor na Educação Infantil na escola pública municipal de Fortaleza, a maioria dos professores entrevistados (cerca de 90%) opinou que o gestor necessita elaborar estratégias para impulsionar o processo de inclusão escolar. Os professores entrevistados em sua maioria apontou o gestor como importante elemento orgânico na efetivação da inclusão na Educação Infantil e na educação de um modo geral, já que ele representa uma liderança, sendo um influenciador de tomada de atitudes, podendo promover por meio de uma gestão democrática, um trabalho estratégico, inteligente e eficaz com a equipe que contém coordenadores, gestores, professores, cuidados e também a integração com as famílias dos estudantes nesse contexto. Conclui-se que é opinião majoritária dos professores entrevistados em ambas as entrevistas que o gestor necessita elaborar estratégias, dinamizar a equipe de trabalho e adquirir competências técnicas, administrativas e científicas para melhor lidar como gestor, com a questão da inclusão (Gráfico 3).

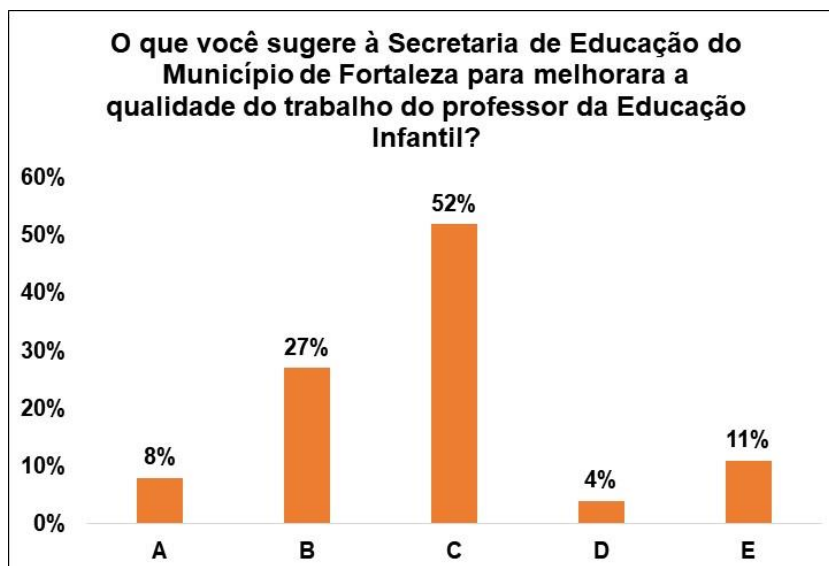
Gráfico 3. O que falta ao gestor para melhorar o trabalho do professor na Educação Infantil na escola pública municipal de Fortaleza? Você pode marcar mais de uma opção. A - Planejamento democrático; B - estratégia para impulsionar o processo de inclusão escolar; C - gestão transparente e D – outros.



Fonte: a autora

A contratação de mais auxiliares de sala de aula; uma política pública especial somente para a Inclusão na Educação Infantil e o aumento no número de escolas e salas de aulas voltadas para a Educação Infantil na escola pública de todos os municípios brasileiros, foram as sugestões dadas por 87% da amostra de professores entrevistados quando indagados sobre qual ou quais sugestões da Secretaria de Educação do Município de Fortaleza deveria realizar para melhorar a qualidade do trabalho do professor da Educação Infantil (Gráfico 4).

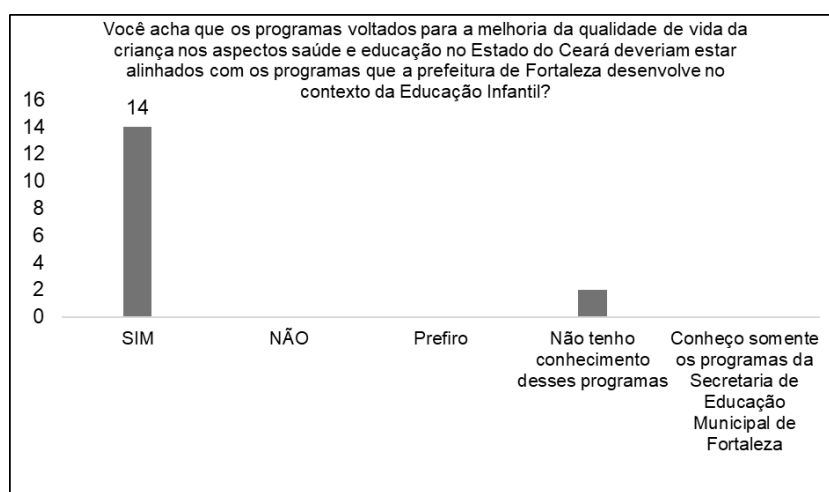
Gráfico 4. O que você sugere à Secretaria de Educação do Município de Fortaleza para melhorara a qualidade do trabalho do professor da Educação Infantil? A -Contratação de mais professores; B - Contratação de mais auxiliares de sala de aula; C- Uma política pública especial somente para a Inclusão na Educação Infantil; D - Aumento no número de escolas e salas de aulas voltadas para a Educação Infantil na escola pública de todos os municípios brasileiros e E- Formação continuada e com maior carga horária para os professores que lidam com Inclusão na Educação Infantil.



Fonte: a autora

Ao serem indagados sobre se os programas voltados para a melhoria da qualidade de vida da criança nos aspectos saúde e educação no Estado do Ceará deveriam estar alinhados com os programas que a prefeitura de Fortaleza desenvolve no contexto da Educação Infantil, a maioria dos professores entrevistados (87%) respondeu que sim (Gráfico 5). Esse dado se mostrou paradoxal em função de informações coletadas anteriormente de que somente o AEE é reconhecido como programa voltado para a inclusão na educação infantil ela maioria dos entrevistados. Entretanto, se esse e programas e seus afins são os que os docentes da escola municipal de Fortaleza lidam e trabalham cotidianamente, a escolha tem sentido.

Gráfico 5. Você acha que os programas voltados para a melhoria da qualidade de vida da criança nos aspectos saúde e educação no Estado do Ceará deveriam estar alinhados com os programas que a prefeitura de Fortaleza desenvolve no contexto da Educação Infantil?



Fonte: a autora

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de inclusão nas escolas públicas brasileiras é bastante desafiador já que lida com inúmeros desafios por diversos fatores complexos como, escolas sem estrutura física que contemple a acessibilidade; carência de professores; dificuldades constitutivas em obter um diagnóstico no contexto da inclusão de criança deficiente, necessidade de formação mais qualificada dos docentes e cuidadores, outros. Sabe-se, no entanto, que uma grande parte destes desafios tem relação com a dependência da aplicação de políticas públicas inclusivas que estejam alinhadas com as necessidades socioeconômicas, culturais, emocionais e cognitivas do mais importante cliente – o estudante.

A falta de material, dificuldade da acessibilidade, falta de professores e pouca formação especializada, são desafios contínuos que a escola, espaço de formação em constante transformação, sofre. A escola necessita e requer soluções que sejam inseridas no cotidiano escolar. Na questão da condição de deficiência os educadores juntamente com a gestão escolar devem tomar atitudes e delinear ações que considerem não somente a condição da deficiência, mas também as potencialidades das pessoas. No contexto da escola pública, de acordo com uma amostra de docentes de escola municipal de Fortaleza, a atuação da gestão é de fundamental importância para que esses desafios sejam enfrentados e que se promovam soluções para o sucesso e transformação da escola na perspectiva inclusiva. As ações da gestão devem ser pautadas e articuladas por meio de inteligentes e viáveis estratégias que facilitem o trabalho dos profissionais que lidam com a educação inclusiva.

Referenciando os programas relativos à Educação Infantil e inclusão na Educação infantil em rede de escola pública no Estado do Ceará e, mais precisamente na escola municipal de Fortaleza, Ceará, os referidos docentes entrevistados afirmaram não ter vivências com esse programa, por serem professores da rede municipal de ensino e tal programa ser desenvolvido pela Secretaria de Educação do Estado do Ceará. Há de fato uma necessidade de alinhamento de programas educacionais nas esferas Federal, Estadual e Municipal. Certamente as questões políticas são as que mais influenciam e impõem barreiras a esse alinhamento tão necessário. Seria por meio desse alinhamento que os profissionais da educação poderiam ter uma visão maior dos processos como foram desenvolvidos e como acontecem até chegar à sala de aula.

Mesmo que estejam definidas as responsabilidades entre Estado e município no contexto da Educação, sendo responsabilidade da escola pública municipal, a Educação Infantil, ainda não há normas de cooperação suficientemente regulamentadas, fato que dá maior visibilidade de lacunas de articulação federativa que resultam em descontinuidade de políticas, desarticulação de programas, insuficiência de recursos, entre outros problemas que são históricos no Brasil. Tais lacunas são bastante visíveis no campo da educação básica em função da obrigatoriedade e da consequente necessidade de universalização (BRASIL, 2014).

Ainda, há a visível necessidade de que os docentes da rede de ensino público como também toda a sociedade tenha conhecimento sobre os inúmeros programas desenvolvidos no seu Estado e na sua cidade para a educação pública, de forma que possam agregar conhecimento para a realização de ações de uma forma mais ampla. As secretarias de educação estadual e municipal podem incluir em suas ações formações de cunho interativa para todos os professores da rede de ensino público cearense, tanto estadual como municipal, possibilitando muitas e inteligentes interações. Ainda, não menos importante é o conceito de que as universidades que formam professores ofertam uma formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento do planejamento com o exercício da análise das reais necessidades de cada escola, consideradas na gestão de cada rede ou sistema, com contínuo aperfeiçoamento das estratégias didático-pedagógicas (BRASIL, 2014).

Quanto às críticas ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), a maioria dos docentes entrevistados (amostra de professores da Educação infantil em escola municipal de Fortaleza, revelou que um dos problemas mais visíveis por eles no contexto do AEE é a falta de cuidadores que não possuem formação necessária para trabalhar com a criança com deficiência. Nesse sentido, há o contraposto da realidade do trabalho da SEDUC (2020) relativo do atendimento às necessidades específicas dos alunos incluídos, pois, esta vem realizando a contratação de Profissionais de Apoio Escolar (“cuidadores”) para alunos incluídos no ensino regular com dificuldade de realizar com independência atividades de alimentação, higienização e deslocamento no espaço escolar. No ano de 2016, 74 profissionais foram contratados para 68 escolas estaduais distribuídas em 33 municípios cearenses. Já no ano de 2018, o número de contratações saltou para 103 profissionais.

Outro problema que consiste em um grande desafio para os professores em questão é a distância, fator de alta dificuldade, visando o ponto em que as SRMs - Sala de Recursos Multifuncionais - não são nos CEIs, tornando complicado para a professora da AEE dar um melhor suporte para as crianças com deficiência. O AEE - Atendimento Educacional Especializado – é um programa robusto e de grande relevância para que as crianças e adolescentes tenham acesso aos recursos e assistência pedagógica tão necessários para o pleno aproveitamento da escolaridade regular, conforme preconiza a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. De acordo com as informações contidas no referencial teórico do presente trabalho, o Estado do Ceará conta com 174 SRM na rede estadual, onde atuam pedagogos com cursos especializados na área, atendendo a 3.283 alunos no contraturno, em 99 municípios do Ceará. Entretanto, há muitos problemas que são enfrentados no cotidiano das escolas em relação à inclusão, mesmo com esses recursos. No contexto real o fato é que mesmo com essas demandas, há muitos hiatos a serem resolvidos. Partindo-se da premissa de que todas as crianças devem usufruir desses programas de excelência desenvolvidos pelo Estado, deve-se atentar que muitas outras questões de natureza socioeconômicas e políticas estão imbuídas e que são muitos os desafios enfrentados no dia a dia da escola e dos docentes, como os citados nas respostas da entrevista realizada na presente pesquisa de campo.

Programas que promovem os direitos da pessoa com deficiência, em especial, o direito à educação nas salas de ensino regular deve então serem convergidos para uma conscientização das famílias de crianças que estudam em escolas da rede pública. A articulação e participação da sociedade nesses programas, de forma crítica e democrática é condição *sine qua non* para estes possam evoluir no sentido de ser fomentado suas qualidades e quantidades em ações que se propaguem em maior escala geográfica e temporal.

Quanto aos fundamentais pontos positivos sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE) de acordo com sua experiência de educadora infantil, a maioria dos docentes entrevistados ressaltaram os seguintes pontos: a troca de informações; suporte durante as informações; sugestões sobre a compreensão do problema das deficiências ou transtornos; colaboração e articulação na sala de aula regular com as crianças com deficiência; interação do professor do AEE de modo interventivo-positivo com toda a turma e também de modo individual; atenção aos aspectos sociais, emocionais e comportamentais das crianças pelo professor do AEE em seu trabalho com as crianças. No contexto das observações feitas e comunicadas no presente trabalho de pesquisa de campo, pelos docentes entrevistados que, o conhecimento diagnóstico mais diretivo do estudante, da criança, realizado pelo AEE na forma de atendimento, traz relevantes informações sobre os estudantes atendidos, sendo mais ainda importante nesse trabalho a questão da constância no atendimento.

Sobre as carências matérias/ferramentas para o professor que trabalha com a inclusão na Educação Infantil, sugestões foram feitas: Políticas de apoio aos cuidadores; Políticas públicas de revitalização da infraestrutura escolar; Mitigar a superlotação na sala de aula; Mitigar as demandas dos(das) professores(as) da sala de aula regular no Ensino Infantil por meio de políticas públicas de apoio da melhoria das condições gerais das escolas públicas cearenses que atendem no contexto da inclusão.

Quanto ao trabalho do gestor na inclusão, no contexto da escola pública municipal de Fortaleza, Ceará, os docentes entrevistados opinaram que os gestores precisam desenvolver um melhor planejamento de propostas pedagógicas e estratégias para impulsionar o processo da inclusão na escola é um dos fundamentais papéis de um gestor e o governo deve oferecer uma formação mais qualificada sobre Educação infantil e inclusão àqueles que ocuparão cargos de gestão na escola pública.

De uma forma quase unanime, os docentes entrevistados sugeriram uma formação técnica, política e pedagógica mais especializada para os gestores que trabalham com a inclusão na educação Infantil e de um modo geral. Essas são sugestões bastante pertinentes já que o trabalho da inclusão em uma escola é um trabalho que requer os esforços e a competência de toda uma equipe escolar que consiste nos gestores, professores, equipe pedagógica, entre outros. Ressalta-se que é por meio do gestor e de uma gestão democrática que a equipe se dinamiza e enfrenta os desafios para que aconteça a inclusão de modo integrado com a família no cuidado das crianças em toda a sua diversidade.

As seguintes sugestões foram feitas pelos docentes entrevistados se estes profissionais ocupassem um cargo político voltado para a inclusão na Educação Infantil: Lotar todas as turmas da Educação Infantil e de Inclusão com assistentes; Inserir SMRs em todos os Centros de Educação Infantil, sendo essa ação de extrema necessidade.

Ainda, os docentes entrevistados comunicaram quais ações indicam que as Secretarias de Educação de Fortaleza e do Estado do Ceará desenvolvem e estão de fato alinhadas com a realidade da inclusão na educação infantil na escola pública cearense: As políticas públicas de formação e qualificação para os professores e assistentes; A permanência de Profissionais de Apoio Escolar e Assistentes de Inclusão nos CEIs; Passe livre e o Atendimento multidisciplinar. Ressaltaram ainda os referidos docentes, sobre a importância da permanência de Profissionais de Apoio Escolar devido a sua função de realizar análises psicopedagógicas que apontem com clareza as principais dificuldades de aprendizado enfrentadas pela criança no contexto da inclusão.

Quanto às ações das Secretarias de Educação de Fortaleza e do Estado do Ceará que foram consideradas distantes da realidade da inclusão na Educação Infantil na opinião dos professores entrevistados, destacaram-se: Contratar mais profissionais nas escolas com Educação Infantil inclusiva; Formar profissionais alinhados com a realidade socioeconômica e cultural do público da Educação Infantil no contexto da inclusão da criança com deficiência na sala de aula regular; Minimizar as carências que as escolas têm no sentido de que seja realizada uma inclusão de fato. A maioria dos docentes discutiu que há muitos hiatos entre as políticas públicas e seus programas voltados para a Educação Infantil e inclusão na escola pública cearense. Os professores entrevistados chamam atenção para a necessidade de alinhar essas políticas públicas com as necessidades reais da escola e da Educação da rede pública da cidade de Fortaleza e do Estado do Ceará como um todo, mas, reconhecem que já ocorreram muitos avanços, como a expansão dos CEIs no Estado do Ceará nesses últimos anos. O fato de que a Escola está imersa em um processo de avaliação e acompanhamento contínuo é indicador de evolução da inclusão na Educação Infantil nas escolas públicas cearenses, na opinião desses entrevistados. Também os docentes entrevistados reconhecem a relevância de políticas públicas que auxiliam na manutenção e formação dos profissionais que lidam com a Inclusão na Educação Infantil.

Finalmente, um desafio que deve ser tema a ser discutido por toda a sociedade cearense, segundo os docentes entrevistados nessa pesquisa de campo é a acessibilidade e a permanência da criança com deficiência ou TEA (de acordo com a lei de nº 12.764, de 2012, a pessoa com TEA é uma pessoa com deficiência: "a pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais") que necessita de um acompanhamento de PAE. O aluno com TEA e deficiência intelectual passou a ser acompanhado por uma PAE (profissional de apoio escolar). De acordo com Rodrigues e colaboradores (2020), o contato da PAE com a família é ação integrativa já que há repasse de informações sobre o desenvolvimento da aprendizagem da criança ou do adolescente, em buscar do apoio familiar, configurando que a prática de aprendizagem contínua vai além da sala de aula.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. A consolidação da inclusão escolar no Brasil: 2003 a 2016: **MEC/SECADI/DPEE**, Brasília, DF, 2016

BRASIL. BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm Acesso em: ago. 2023.

BRASIL. BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm Acesso em: ago. 2023.

BRASIL. **Guia de implementação da Base Nacional Comum Curricular: orientações para o processo de implementação da BNCC**. Disponível em <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em 29 set. 2022.

BRASIL. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências: **Congresso Nacional, Brasília, DF**, 2014.

BRASIL. **Lei nº 13.005**, de 26 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 29 set. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Caderno técnico - programa primeira Infância na escola-PPIE **Secretaria de Educação Básica VOLUME 1**, 2022.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Planejando a Próxima Década: Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Novo Mais Educação**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-mais-educacao>. Acesso em set 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Alfabetização (Sealf)**. <https://www.gov.br/mec/pt-br/programas-e-acoas/programas-e-acoas> acesso em set de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil. **Secretaria de Educação Básica**. – Brasília: MEC, SEB, 2010.

BRASIL. Nota Técnica Conjunta nº 02/2015. Orientações para a organização e oferta do Atendimento Educacional Especializado na Educação Infantil: **MEC/SECADI/DPEE**, Brasília, DF, 2015

BRASIL. Nota Técnica nº 25/2016. Orientações para o acolhimento dos bebês com microcefalia pela educação infantil: **MEC/SECADI/DPEE**, Brasília, DF,

- 2016BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva: **MEC/SEESP**, Brasília, DF, 2008
- CARNEIRO, R.U.C. Educação inclusiva na educação infantil. **Práxis Educacional**, 8: 81-95, 2012
- CARVALHO, R. S. Análise do discurso das Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Infantil: currículo como campo de disputas. **Educação**, v. 38, nº 3, p. 466-476, 2015.
- CAVALCANTI, A.V. O papel do gestor escolar no processo de inclusão. Encontro de ensino, pesquisa e extensão, Presidente prudente, 2014.
- ELALI, G. A. O ambiente da escola – o ambiente na escola: uma discussão sobre a relação escola–natureza em educação infantil. **Estudos de Psicologia**, 309-319,2003.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
- FORTALEZA, **Plano Municipal pela Primeira Infância Fortaleza**. Prefeitura Municipal de Fortaleza, Ceará,,2022.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- IPEIA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**. <https://www.ipea.gov.br/ods/ods4.html> 2019, Acesso em: ago de 2023.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. DE A. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 2000.
- LIMA, M. M. S. **A cidade e a criança**. São Paulo: Nobel, 1989
- MEC. Ministério da Educação. (2004). Censo Escolar. Brasília: MEC/INEP/SEEC. <http://www.inep.gov.br>. Acesso em 01 de maio de 2011.
- MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. (12ª edição). São Paulo: Hucitec-Abrasco, 2010.
- MPC. Ministério Público do Ceará. Educação Inclusiva. Legislação Aplicada**. <https://www.mpce.mp.br/> Acesso em out 2023
- MOUSINHO, R.; SCHMID, E.; MESQUITA, F.; PEREIRA, J.; MENDES, L.; SHOLL, R.; NÓBREGA, V. Mediação Escolar e Inclusão: Revisão, Dicas E Reflexões. **Rev. Psicopedagogia**. nº 27(82): 92-108. São Paulo, 2010.
- NÓVOA, A. **Formação de professores e profissão docente**. In: _____ (org.). **Os professores e sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

ONU. **Organizações Da Nações Unidas**. Site oficial. 2019.

ONU. Organizações das Nações Unidas. **Agenda 2030.Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS**. www.onu.org acesso em setembro de 2022.

PEREIRA, M. C. Educação Infantil a partir das políticas públicas: conceito e obrigatoriedade. **Educação Infantil Online**, v. 1, nº 1, p.18-31, 2021.

PIMENTEL, G. S. R.O Brasil e os desafios da educação e dos educadores na Agenda 2030 da ONU. Rev. **Nova Paideia-Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa** Brasília/DF,v. 1, n. 3,Núm. Esp.p.22-33, 2019.

RIBEIRO, L. D. M.; SILVA, R. L. F. C.; CARNEIRO, L. V. Vygotsky e o desenvolvimento infantil. **Estudos Interdisciplinares em Humanidades e Letras**. cap. 23. 2018.

RIBEIRO, V.C.G. **Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e as pessoas com deficiência**. artigo online. Coordenação da Comissão de Acessibilidade do TCU. portal do TCU, 2018.

ROCHA, Y.; GOBB, S.J. Direitos da criança à educação. **Educação pública**, 2020.<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/27/direitos-da-crianca-a-educacao>. Acesso em set de 2023.

RODRIGUES, Q. S. B.; LINHARES, T. D. D.; ROSA, L. O, S.; CARVALHO, N. C. G. Profissional De Apoio Escolar E Sua Atuação No Ensino Médio Do Colégio Pedro li – Campus Duque De Caxias V CONEDU, 2020.

SANTANA, O.M.M.L.; GOMES, L. G. A.; SOARES; M. D. A.; LEITE, M. O. T. L.; OLIVEIRA, A. G. L. S. **Programa Mais Infância Ceará: de programa a política**. ISBN 978-65-89549-42-0 (E-book) Livro Eletrônico, SEDUC, Fortaleza, CE, 2022.

SANTOS, C.S.; ALMEIDA, Y.S Inclusão na educação infantil: desafios e possibilidades através das práticas pedagógicas. RPGE– **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, v.21, n.3, p. 1423-1432, set./dez. 2017

SEDUC, Secretaria de Educação do Estado do Ceará. Educação Infantil. 2023

SILVA, V. S.; DIAS, J. S.C. Inclusão na Educação Infantil: dos direitos às práticas. **Revista Educação Pública**, 2020.

UNICEF. Fundo das Nações Unidas para a Infância. **Convenção sobre os Direitos da Criança**. <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca> Acesso em set de 2030.

UNICEF. Fundo das Nações Unidas para a Infância. **Convenção sobre os Direitos da Criança**. <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca> Acesso em set de 2030.

UNICEF. Fundo das Nações Unidas para a Infância. **História dos Direitos da Criança**. <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>
Acesso em ago. de 2030.

UNICEF. Fundo das Nações Unidas para a Infância. **História dos Direitos da Criança**. <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>
Acesso em ago. de 2030.

Vygotsky (2007)

VIEIRA, M. A. F. O.; CÔCO, V. Educação Infantil do Campo e Formação de Professores. Cad. Cedes, Campinas, v. 37, nº 103, p. 319-334, set./dez. 2017.

ZANATA, C.; TREVISI, V. C. Cadernos de Educação. Ensino e Sociedade,